

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Famílias indigenistas, psicologia e o atendimento nas políticas públicas de assistência social [Indigenous families, psychology and care in public policy social assistance]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Lopes, Tânia
Publisher	Editora UnilaSalle
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-06-14 00:11:25
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/164193

DIÁLOGO ISSN (2238-9024)

<http://www.revistas.unilsalle.edu.br/index.php/Dialogo>

Canoas, n.32, ago. 2016

 <http://dx.doi.org/10.18316/2238-9024.16.37>

Submetido em: 11/02/2016

Aceito em: 04/05/2016

Famílias indigenistas, psicologia e o atendimento nas políticas públicas de assistência social

Tânia Lopes¹

Silvana Zamian Paisca Negrini²

Danielle Jardim Barreto³

Resumo: O presente artigo objetiva dar visibilidade à inclusão das famílias de povos indígenas no atendimento junto aos equipamentos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), quanto a suas necessidades básicas e especiais do município de Guaíra, Paraná (PR). Este centro prioriza o atendimento de nichos populacionais que são definidos como populações que estão à margem da sociedade, considerados vulneráveis, visando propiciar uma condição de subsistência quanto à moradia, saúde, educação, lazer etc. Este trabalho pautou-se em uma revisão bibliográfica sobre o tema e em documentos do Conselho Federal de Psicologia em atuação com populações indígenas. Objetiva-se, em especial, dar visibilidade à relação vivida em Guaíra, no Estado do Paraná, pelas peculiaridades de fundação e pela tensão vivida em relação às comunidades indigenistas na atualidade.

Palavras-Chave: Famílias Indígenas. Vulnerabilidade. Políticas Públicas de Assistência Social. Psicologia.

Indigenous families, psychology and care in public policy social assistance

Abstract: This article aims to give visibility to the inclusion of indigenous pueblos families in attendance along with the equipment, the Reference Centre for Social Assistance (CRAS) and Reference Center Special Social Assistance (CREAS) as their basic needs and special the Guaíra, PR. This center gives priority to serving niche population that

¹ Graduação em Psicologia pela Universidade Paranaense (UNIPAR), Umuarama/PR. E-mail: tania4001@hotmail.com

² Graduação em Psicologia pela Universidade Paranaense (UNIPAR), Umuarama/PR. E-mail: silvana.zp@hotmail.com

³ Doutorado em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Assis/SP. Professora no curso de Psicologia da Universidade Paranaense, Umuarama/PR. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas da Sexualidade na UNESP, Assis/SP. E-mail: psicologia-umu@unipar.br

are defined as people who are on the margins of society, regarded as vulnerable, in order to provide a condition of subsistence, as housing, health, education, leisure etc.. This work was based on a literature review on the subject and documents of the Federal Council of Psychology in action with indigenous populations. Aims in particular, emphasize the relationship lived in Guaíra, in the state of Paraná, the peculiarities of the foundation and the tension experienced in relation to indigenous communities today.

Keywords: Indigenous Families; Vulnerability; Public Policy Social Assistance; Psychology.

Introdução

O presente artigo se baseia em experiências obtidas na formação em Psicologia, através da disciplina de Estágio Supervisionado Específico I, e objetiva uma análise sobre a atenção de políticas públicas aos membros das aldeias/comunidades indígenas do município de Guaíra – PR, esquadrinhando uma compreensão das realidades dessas famílias que são contempladas ou não por essas ditas Políticas Públicas. A pesquisa é de cunho bibliográfico, um estado da arte sobre as publicações feitas sobre essa temática.

As culturas indígenas cada vez mais perdem suas características primárias devido a colonizações forçadas a que foram submetidas à época do descobrimento das terras brasileiras. Apesar das várias pesquisas relatarem o volumoso número de homens nativos a mais que os “homens” brancos, estes foram pacificados de forma ardilosa a custo de inúmeras mortes dos que não se submetiam às ordens de pacificação. Os brancos contaram com a ajuda de religiosos para a conquista destes povos nativos.

Diversos autores expressam copiosamente que o índio e/ou povos indigenistas passaram por condições de aculturação, destacando a relação dos índios com os não índios, que os levaram a mudar suas formas de vida, seus costumes, bem como todo o movimento social dos povos nativos destas terras.

A questão indígena e o conceito de vulnerabilidade

É possível observar que, com a colonização do Brasil, a população que se formou pelos portugueses e espanhóis não se preocupou com as pessoas que já habitavam neste território. Percebe-se que as configurações sociais ficaram definidas como os que estão no

comando e quais são as classes dominadas, formando grupos menores que, aos olhos de muitos autores, são vistos e tratados como vulneráveis. Guareschi, Reis, Huning e Bertuzzi (2007) tem uma concepção de vulnerabilidade que segue o pensamento de Ayres: “Vulnerabilidade está na falta ou na não-condição de acesso a bens materiais e bens de serviço que possam suprir aquilo que pode tornar o indivíduo vulnerável”. (AYRES, 1999 citado por GUARESCHI, et al., 2007, p. 03).

A partir da chegada do homem civilizado, segundo Beltrão, Oliveira e Oliveira (2009), o índio é visto de duas maneiras: como seres selvagens, e como sujeitos ingênuos, despotencializados e privados de condições de viver em sociedade. Com essa visão estereotipada, o fato de alguém ser chamado de índio ainda soa como insulto, mesmo sendo quase impossível recusar sua identidade indígena, o que faz com que, ainda hoje, muitos tentem negar sua etnia devido ao preconceito que impera no mundo moderno.

Neste sentido, Abramovay (2002), citado por Guareschi *et al.* (2007), apresenta a questão da vulnerabilidade social entre sua linha matricial de pensamento, em que as situações em que os recursos e habilidades de um dado grupo social não são suficientes e/ou adequados para lidar com as oportunidades providenciadas e oferecidas pela sociedade. Oportunidades estas que se fundam em forma de ascensão a níveis maiores de bem-estar ou a uma redução de probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados representantes sociais. Desta forma, podemos perceber que a vulnerabilidade social estará ligada indiretamente com movimentos feitos em sociedade, haja vista, frente às possibilidades que os indivíduos em condição de vulnerabilidade social possuem de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas, que são restritas em termos de modificação de registro social.

Foi através do contato do homem branco com os indígenas, segundo Melo (2011), que ocorreu a aculturação, criando, assim, novos modos de vida. A bebida alcoólica, por exemplo, que era utilizada apenas em festas e rituais religiosos, passou a ser consumida de maneira aleatória, gerando agressividades e conflitos entre os membros da aldeia. Com a proximidade compulsória advinda da aculturação, obtivemos alguns malefícios que levaram para os grupos indígenas as doenças sexualmente transmissíveis e outros tipos de doenças contagiosas, fato este que veio decisivamente contribuir com a redução da população

indígena, e, dos que resistiram, muitos deles foram forçados ao enquadramento formal, o que os coloca totalmente em situação de vulnerabilidade social.

No Brasil, segundo Coimbra e Santos (2000), houve uma crescente migração indígena para áreas urbanas, principalmente no nordeste, onde grupos indígenas vão tanto para cidades próximas quanto para outras regiões do país, o que corrobora com a desigualdade social e a discriminação de minorias que vivem às margens da sociedade em péssimas qualidades de vida, deixando-os vulneráveis ao desencadeamento de enfermidades, principalmente no abandono de suas culturas.

Assim, estes dados estatísticos vão ao encontro com o que expressa a obra descrita abaixo, retratando que, sem a observação desses elementos pontuais sobre os grupos natos definidos como vulneráveis, incorrerá um risco iminente de perder a atenção e o interesse do público focal, da atenção voltada para tais participantes das políticas públicas diante do amparo e resguardo preconizado para tal.

É importante ressaltar que o conceito de vulnerabilidade social é discutido aqui não como um mapeamento linear das condições do sujeito ou do grupo, mas como um conceito que procura analisar e/ou entender, em termos de inscrição social, como pessoas ou populações são tidas como vulneráveis. Isso leva a uma análise do conceito de vulnerabilidade social de forma complexa e multifacetada, pela análise da organização de diferentes vetores que dificultam o acesso aos bens e serviços, incluindo os de saúde e educação, conforme é ilustrado, por exemplo, pela ausência de acesso à educação formal (CASTRO *et al.*, 2001, citado por GUARESCHI *et al.*, 2007. p. 4).

Com o encontro de culturas tão diversas nos limiares dos séculos XVI, homens brancos versus silvícolas, não pode deixar de ocorrer a sobreposição de um sobre o outro, em uma relação na qual o mais forte está dominando os mais fracos. Neste sentido, a contextualização histórica possibilita mostrar claramente o processo de “domesticação dos índios” para o desenvolvimento do homem branco e suas necessidades básicas.

Contexto sócio-histórico e territorial do município de Guaíra Paraná e a "vida" com indígenas

A cidade de Guaíra está localizada no Oeste do Paraná, sua população estimada é de 30.704 (trinta mil e setecentos e quatro) habitantes definidos pelo Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), no ano de 2010, e suas limitações estão ao norte com o Estado do Mato

Grosso do Sul, e a cidade de Altônia (PR), Terra Roxa ao leste, ao sul, através do Arroio Guaçu, com a cidade de Mercedes (PR) e ao Oeste com o Rio Paraná, linha Internacional de Fronteira com o Paraguai (SILVA, 2011).

Referente à nomenclatura do município de Guaíra, ela provém de origem Guarani, foneticamente pronunciada seria “*KWAI RA*”, palavra esta que carrega o significado de difícil acesso: intransponível ou esconderijo. Essa definição surgiu devido às condições existentes de se chegar, visto que as margens do Rio Paraná tinham as Sete Quedas, nas quais sua vazão de águas não possibilitava a navegação de quaisquer tipos de embarcação.

De acordo com o Diagnóstico Local da cidade - IPARDES (2007), no ano de 1620, Guaíra já pertencia aos portugueses, pois os Bandeirantes Paulistas já haviam destruído os espanhóis que existiam naquela região. Nesta época, a dizimação ou domesticação dos índios já eram iniciadas principalmente no uso de mão-de-obra com baixo custo dos que os escravizavam.

Antes da chegada dos missionários, os colonizadores arregimentavam índios de maneiras violentas e arbitrárias, o que resultou em muitos problemas, pois estes não se submetiam facilmente. Mesmo assim eram explorados pelos colonizadores, por construírem mão-de-obra barata em relação à africana. (MUNTOREANU, 1992, p.16).

Nesta mesma perspectiva, Silva (2011) afirma que, durante o tempo em que os Bandeirantes entraram nas áreas territoriais do município de Guaíra, seu objetivo era apenas de buscar riqueza, tais como pedras, ouro, prata, mão de obra escrava e a domesticação do indígena para a venda. Por isso, não houve avanço populacional na cidade, que ficou estacionada no tempo. A cidade veio a se desenvolver novamente somente a partir da chegada da Companhia Matte Laranjeiras, que se instalou no município por volta do ano de 1900. Este desenvolvimento que possibilitou o crescimento populacional que ora estava adormecido, e o crescimento se estendeu para a economia, que deu um grande salto para construir o Porto Estrada de Ferro para fazer o transporte de toda a produção da erva mate que era plantada e administrada pela Companhia Matte Laranjeiras.

Decorrido mais de 50 anos nas mãos da companhia que explorava o plantio da erva mate, a cidade de Guaíra foi elevada a Município no dia 14 de novembro de 1951, pelo decreto Lei Estadual nº 790, e, com essa categoria de município, sua administração foi registrada no dia 14 de dezembro de 1952. O desenvolvimento promissor deste município

possibilitou a conquista e a instalação da Força Aérea Brasileira (FAB), a instalação de um posto em Guaíra, que passa a contar com S.A. Real Transp. Aerovias, Vasp S/A, Empresa Rio Paraná Ltda, Auto Viação Cruzeiro do Oeste, trazendo junto um *glamour* que não existia naquela região.

O município passou por inúmeras transformações nesses mais de 50 anos, de cidade turística com desenvolvimento social e econômico estabilizado à sua extinção para uma vertente agrícola de uma cidade extremamente pobre, o município passou por um período de estagnação com o alagamento das Sete Quedas no ano de 1983, transformando-se em uma cidade fantasma anos depois. Hoje, o município provém de uma renda basicamente da agricultura, que contribui decisivamente para que a cidade retome um rumo que nunca devia ter perdido, isto é, o da ascensão nos investimentos imobiliários, econômicos e universitários, crescimento retomado em virtude do vertiginoso aumento do comércio da cidade Salto Del Guairá no país vizinho Paraguai.

Neste sentido, os indígenas que ainda existem na região tentam, de uma forma ou de outra, manter suas configurações familiares, seus cultos, seus rituais, famílias estas configuradas por nomenclaturas diversas que hoje se encontram em um processo dialético de destruição e extinção de suas próprias histórias, de sua própria cultura.

Como já explicitado nesta pesquisa, o último senso estabelecido pelo (IBGE, 2010) apresenta o município de Guaíra com uma população de mais de 30.000 habitantes, e entre essa população, 4.992 famílias são cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Dentro desta fração da população, 167 famílias são tidas como indígenas, totalizando 667 pessoas aproximadamente, e, de acordo com dados, estas famílias estão inseridas no cadastro único do município, o que realmente demonstra que os indígenas vivem à margem, em meio à vulnerabilidade social.

Com base nessas estatísticas, apresentamos as denominações das aldeias instaladas na cidade de Guaíra que são assistidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), quanto a suas necessidades básicas e especiais, denominações e localização territorial das aldeias, são elas: Tekhoá Porã – Bairro Vila Alta; Tekoa Marangatú – Porto sete Quedas; Tekoa

Mirim Guarani – Água do Bugre; Tekoa Miri – KM 7 – Faixinha; Tekoa Karambeí – Jardim Kennedy; Tekoa Jhevy – Fazenda Mate Laranjeira; Tekoa Yovhovy – Bairro Eletrosul; Tekoa Tatuti – Pedreira – São João, totalizando oito aldeias que se distribuem nas 167 famílias indígenas que são atendidas pelas políticas públicas do município de Guaira.

Neste aparato de resguardo às famílias em estado de vulnerabilidade social, a grande procura são por alimentos e atendimentos à saúde, que muitas vezes são solicitados por mulheres indígenas; elas vêm à procura destes subsídios, pois apresentam grande carência quanto aos cuidados de si e de seus dependentes.

Políticas Públicas e atenção às famílias indígenas:

Existem várias definições de políticas públicas, e, na grande maioria, comungam com Souza (2006), convergindo para a mesma ideia de que é um conjunto de ações do governo voltado para atender a demanda de determinada população. Seus principais objetivos são de propor mudanças da realidade na qual aquelas famílias se encontram.

Teixeira (2002) afirma que as políticas públicas estão direcionadas principalmente para as populações que estão à margem da sociedade, propiciando garantias de seus direitos. A população tem participação ativa na formulação destas políticas para que possam atender a demanda, devendo ter clareza quanto à finalidade, e aos benefícios.

Tratando da produção de Políticas Públicas, Souza (2006) apresenta os caminhos da definição dos temas referentes às agendas governamentais, que, em um primeiro momento, focalizam os problemas de acordo com compromissos assumidos politicamente. A seguir, focaliza-se a política propriamente dita, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema. A construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante na definição da agenda. Por fim, o último foco são os participantes classificados como visíveis, isto é, os políticos, a mídia, os partidos, grupos de pressão, e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia propriamente dita.

Os participantes visíveis definem a agenda, e os invisíveis, as alternativas. Entre os *invisíveis*, temos os povos indigenistas, que buscam incessantemente políticas que possam estar lhes garantindo uma condição de cidadão constituído.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (TEIXEIRA, 2002. p. 5).

A Assistência social foi instituída como Política Pública a partir da Constituição Federal de 1988, passando a ser um dever do Estado. Entretanto, ela deixou de ser pautada na lógica do assistencialismo e da tutela, para se tornar um direito de todo cidadão, incluindo os indígenas.

Em 1993, foi sancionada no Brasil a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que propõe romper aquelas políticas públicas eleitoreiras. A LOAS compreende que a situação de vulnerabilidade e risco social em que o indivíduo e/ou família se encontra é consequência de uma desigualdade social, e se faz necessário um conjunto de ações com o objetivo de dar a esse indivíduo e/ou família autonomia, direitos, benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1993).

Os Centros de Referência da Assistência Social são unidades consideradas a porta de entrada para todos os serviços socioassistenciais, pois possibilita o encaminhamento para os demais serviços de acordo com a necessidade, que poderão ser atendidos no próprio CRAS - Proteção Social Básica (PSB) -, que tem por objetivo prevenir ocorrências de situações de vulnerabilidades e riscos sociais, ou poderão ser encaminhados para o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que prima por ofertar serviços e atendimento ao indivíduo e/ou famílias em situação de ameaças ou violação de seus direitos.

Os objetivos da Política Pública de Assistência Social, de acordo com Brasil (2005), visam as garantias dos mínimos direitos do cidadão, promovendo serviços, programas e projetos que beneficiam indivíduos ou grupos que estão em situação de vulnerabilidade, assegurando ações que lhes garantam a convivência familiar e comunitária.

As Políticas Públicas do CRAS voltadas às comunidades indígenas devem

incorporar, no âmbito das ações culturais, diferentes práticas e linguagens culturais, valorizar a produção comunitária e a participação popular. No caso das práticas culturais vinculadas a etnias específicas, o PAIF deve ser um vetor de concretização dos direitos sociais e superação da invisibilidade, por meio da proteção dos direitos e memórias culturais, práticas comunitárias e identidade racial e étnica dos povos e comunidades atendidas (BRASIL, 2012, p. 17).

As necessidades dos povos indígenas, conforme Brasil (2007), são diferentes devido ao contexto no qual eles estão inseridos, entretanto, faz-se necessário ampliar a reflexão no que se refere a outras culturas, pois cada região geográfica possui características próprias e é atingida por outras situações de vulnerabilidades. Algumas das situações de risco desta população podem ser apresentadas devido às condições de seca, pois a população vive em territórios considerados pequenos, não tendo condições de cultivar suas plantações, sofrendo com a ausência de condições de plantio, conflitos com os latifundiários, entre outros fatores.

A Psicologia inserida nestas Políticas Públicas e atuando com os grupos indígenas, segundo CRP (2010), deverá enfrentar alguns desafios na atuação com essa população, pois há desconhecimento das possibilidades da atuação do(a) psicólogo(a). Os diferentes idiomas também poderão ser uma limitação para um contato com bons resultados, e a articulação da rede entre os diferentes profissionais deverá ser ativa.

O Conselho Regional de Psicologia (CRP) da 06ª região (2010) afirma que há necessidade dos profissionais da Psicologia criarem Redes de Atenção aos Povos Indígenas, de estabelecerem conexão e articulação entre a rede que irá trabalhar com essa população, de ter conhecimento de sua estrutura socioambiental e de considerar sua subjetividade, proporcionando troca de saberes.

Psicologia e População Indígenas

Quando o assunto envolve saúde mental, vemos que a atenção geral quanto à população brasileira é nata. Já em relação às populações indígenas, percebe-se que existe uma modéstia eschachada, pois os envolvidos com as legislações deixam a saúde mental do indígena de lado, não incluindo uma efetiva disposição de profissionais da Psicologia. Com isso, a escassa participação destes profissionais inseridos nas políticas robustece a ausência de trabalhos baseados nas experiências com esses povos indigenistas, cronificando, assim, a

falta de saberes sobre essa temática, produzindo grandes lacunas inquietantes diante dos psicólogos(as) que pretendam atuar em comunidades indígenas, sendo essa atuação no trabalho individual ou das famílias indígenas.

Dando sequência às afirmações do CRP 06 (2010), a Psicologia pode contribuir de diversos modos no atendimento aos povos indígenas através da escuta, da promoção do fortalecimento de sua identidade, autoestima, da promoção de diálogos, da superação de preconceitos, da capacitação de equipes para formulação de políticas públicas de saúde mental, da criação e inovação de táticas para o enfrentamento dos conflitos, dos vícios, e melhora da qualidade de vidas nas aldeias.

Uma contribuição para um limiar no saber veio no ano de 2004 através do Conselho Regional de Psicologia (CRP) da 6ª região (2010), onde foi realizado o primeiro Seminário Nacional, no qual ocorreram discussões sobre questões indígenas, estando presentes lideranças de vários povos indigenistas e psicólogo/as, representando Conselhos Regionais. Depois deste Seminário, foram realizados outros com o objetivo de proporcionar trocas de saberes e de práticas através do diálogo entre profissionais e líderes indígenas, mas há, ainda, um número muito pequeno de profissionais da Psicologia que contribuem na atenção a grupos indígenas.

O documento do CRP 06 (2010) considera que demandas enfrentadas na contemporaneidade têm origem desde a dominação sociocultural do homem branco sobre os povos indígenas. O desafio da Psicologia referente aos indígenas é conseguir conservar uma relação com a sociedade sem destruir a integridade cultural e étnica. Esse desafio deve ser tratado como o primeiro ponto no cuidado com as necessidades das comunidades indígenas, a fim de embasar as práticas e as concepções de trabalho com estes povos.

Para Rabinovich (2005), a Psicologia na questão indígena tem objetivo de averiguar como essa população está inserida no espaço e tempo em que se encontram, além de fazer um levantamento de sua história, devendo valer-se de procedimentos de investigação que sejam eficazes para a obtenção dos resultados esperados.

Trabalhar com a população indígena não é tão simples e, de acordo com os autores Vianna, Cedaro e Ott (2012), os profissionais devem adaptar os instrumentos que, na sociedade tradicional e formalmente estabilizada, são eficazes, mas que, no contexto

indígena, pode não gerar resultados esperados. Faz-se necessário um estudo de outras referências, outros métodos e de um trabalho em conjunto com outros profissionais, dentre eles os profissionais da saúde, antropólogos, assistentes sociais, educadores e historiadores:

As diferenças culturais e as especificidades dos problemas sociais e ambientais também produzem explicações particulares do comportamento humano em uma cultura específica. Assim, o autor define a Psicologia Indígena como 'a compreensão de que o comportamento humano está enraizado em um contexto cultural particular'. (VERDUGO, 2005 citado por VIANNA et al., 2012, p. 96).

Deste modo, trata Góis (2003) que, com as más políticas que geram injustiças e desigualdade social, com grande concentração de riquezas para apenas alguns privilegiados, o resultado é um cenário com pobreza e indignação, gerando violência e exclusão, e é neste contexto que a Psicologia tem muito a contribuir, pois está centrada em dois grandes eixos, que são o desenvolvimento com o humano e a mudança social. O psicólogo, por sua vez, será o facilitador que buscará estratégias para executá-las na comunidade e na conscientização do indivíduo.

Com isso, a Psicologia deve dar escuta às demandas de cada povo indígena, com intuito de fortalecer a diversidade cultural brasileira, respeitando e, principalmente, valorando a cultura de cada sujeito minoritário, conforme é pautado pelo CRP (2010), explicitando o princípio de respeito à subjetividade e à individualidade pessoal de cada indivíduo.

A Psicologia poderia contribuir muito para a construção da identidade indígena, porém ressaltou com veemência a importância de que essa entrada da Psicologia junto às comunidades indígenas seja muito cuidadosa, apontando para uma intervenção 'ampliada' como sendo o papel desejável para a Psicologia na área indígena (CRP, 2010, p. 29).

Psicólogos e outros profissionais têm uma importante colaboração para a construção de novas relações sociais que, conforme o CRP (2010), estarão fortalecendo os processos de subjetivação indígena, valorizando as vivências, sendo que isso será uma experiência necessária à desconstrução de alguns saberes objetivados. Os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais psicólogos devem ser de cunho facilitador para projetos de desenvolvimento embasado na sustentabilidade das aldeias, apoiando uma educação diferenciada e valorizando sua tradição, além de promover a saúde mental, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, empoderar os indígenas a fim de que eles ocupem seus lugares na sociedade e na participação nas políticas públicas.

Um dos maiores problemas existentes, de acordo com Zamora (2012), em relação aos povos indígenas é o preconceito que opera na sociedade. Azeredo (2002) levanta a questão de que um dos desafios da Psicologia é resolver o problema do preconceito, principalmente, em relação aos povos indígenas e a relação com outras formas de dominação e exploração. Não basta fazer o levantamento de mais dados sobre o preconceito, é necessário ter uma escuta apurada do outro em relação a diversidades e propiciar espaços para as diversas discussões, principalmente, em relação aos povos indígenas e ao preconceito, buscando, assim, recursos para reduzir ou minimizar o problema da desigualdade social.

Para Silva e Grubits (2006), a sociedade dominadora avança de um modo significativo. Há um movimento que avança de um modo crescente e acelerado da sociedade dominante, e as comunidades indígenas precisam de apoio, que estejam ativamente envolvidas nas lutas contra as vulnerabilidades sociais. A Psicologia com sua atuação voltada para essa realidade será de grande utilidade, trazendo novas perspectivas e contribuindo com estudos que possibilitam dar outras visibilidades a estas demandas minoritárias que imperam em nossa realidade.

Considerações finais

Este trabalho de pesquisa bibliográfica objetivou resgatar conceitos e definições referentes aos povos indígenas e suas vulnerabilidades. Tratamos aqui vulnerabilidade como um conceito que procura analisar e/ou entender, em termos de inscrição social, como pessoas ou populações são tidas como vulneráveis, trazendo para bem próximo do indígena as multifaces organizacionais de diferentes vetores que dificultam o acesso aos bens e serviços, incluindo os de saúde e educação, conforme é ilustrado, por exemplo, pela ausência de acesso à educação formal.

A partir da Constituição Federal de 1988, esses povos sobreviventes da grande tragédia vivida buscam dignidade e direitos iguais entre todos, pleiteando através das políticas públicas produzidas para toda a nação, que mostram que não só os indígenas, mas também os negros devem viver e conviver em pé de igualdade com o homem branco, que foi, em épocas atrás, tão respeitado e temido por todas as populações silvícolas. Isso

porque, historicamente, os indígenas foram afastados cada vez mais de suas terras pela civilização branca, civilização esta que impera toda uma relação de poder sobre os outros povos ditos “marginais”, e com o crescimento econômico e o desenvolvimento social urbano, estes ditos “menores” tornam-se esquecidos socialmente, mesmo com todas as garantias legais pelo Governo Federal.

Com isso, verificamos que as aldeias indígenas do município de Guaíra tem todo o resguardo necessário garantido nos serviços prestados pelos equipamentos de políticas públicas a eles disponibilizados, com sua porta de entrada na Secretaria de Ação Social com o trabalho de atendimento junto ao CRAS e o CREAS, onde se comprovou que não há interferência de poderes constituídos que impeçam esses atendimentos, que priorizam produção de subsistência (alimentos) e, também, atendimentos médicos.

Em suma, esta pesquisa possibilitou analisarmos os temas referentes às famílias indígenas que resistem diante de uma sociedade branca formal existente, que vivem à margem social e vulneráveis a todo tipo de doença e instabilidade social, como a falta de moradia, de saúde e de saneamento básico necessário para sobreviver. Assim, a Psicologia engendra estratégia de ação possível para um novo modo de possibilidade de pensar a vida, isto é, pensar em outras estratégias de se viver, o que inclui a inclusão das famílias dos povos indígenas no atendimento junto aos equipamentos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS) no que diz respeito às suas necessidades básicas e especiais do município de Guaíra, PR.

A Psicologia, em suas diversas possibilidades de articulações em prol da demanda de pensar a questão do menor, conta com toda sua rede de apoio e de profissionais da equipe da Assistência social, fundamentando-se nas desconstruções de práticas prontas e na troca de saberes técnicos psicólogos, observando que a questão indígena torna-se emergente, uma luta de um povo por vir, de um povo que resiste lutando para manter sua cultura, para manter sua existência. A Psicologia como ciência da humanidade busca dar visibilidade e um olhar diferenciado que possibilite outros modos de existências destes sujeitos ditos “marginais” que buscam resistir constantemente aos ditos padrões.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, Sandra Maria da Mata. O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 4, dez. 2002.
- BELTRÃO, Jane Felipe.; OLIVEIRA, Assis da Costa.; OLIVEIRA, Leão da Costa. **Outras faces do ser indígenas**: entre pertencimento e exclusão. Espaço Ameríndio, v. 3, n. 2, jul. /dez, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/viewFile/10777/6988>> Acessado em: 03 ago. 2013.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acessado em: 02 ago. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Conselho Nacional de Assistência Social: **Relatório Gt povos indígenas**. Brasília, março 2007. Disponível em: <www.mds.gov.br> Acessado em: 05 ago. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS**. Brasília, novembro 2005. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acessado em: 14 ago. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. X Secretaria Nacional de Assistencial Social, **Orientações técnicas sobre o PAIF**: 1º edição. Brasília 2000. Disponível em: <www.mds.gov.br> Acesso em: 08 ago. 2013.
- COIMBRA, Carlos Everaldo Alvares; SANTOS, Ricardo Ventura. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil: **Ciência & Saúde Coletiva**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-81232000000100011&script=sci_arttext>. Acessado em: 19 jul. 2013.
- CONSELHO Regional de Psicologia da 6ª Região (Org). **Psicologia e povos indígenas**. 2010. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP.
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia comunitária: **Universitas**: Ciências da Saúde, v. 1 n. 2, p. 277-297, 2003. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/view/511>> Acessado em: 10 jul. 2013.
- MUNTOREANU, Hortência Zeballos. **Guayrá-Guaíra**. São Paulo: Arte Impressa. 1992.
- RABINOVICH, Elaine Pedreira. Por Uma Psicologia Ambiental das Diferenças. **Psicologia USP**, v. 16, n. 1/2, p. 119-127. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n1-2/24649.pdf>>. Acessado em: 26 jul. 2013
- SILVA, Maíra Pedroso Corrêa da; GRUBITS, Sonia. Reflexões Éticas em Pesquisas com Populações Indígenas. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 1, p. 46-57, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a05.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2013.

SILVA, Edycleber de Oliveira. **Desbravadores de Guaíra**: a História da 5ª Companhia de Fronteira. Guaíra: Gráfica Lex. 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma Revisão de literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acessado em: 25 jul. 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Revista AATR**. 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57253448/03>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

VIANNA, João Jackson Bezerra, CEDARO, José Juliano.; OTT, Ari Miguel Teixeira. Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 94-103, 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acessado em: 27 jun. 2013

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade Racial, Racismo e Seus Efeitos. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 563-578, Set./Dez 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300009>. Acessado em: 01 jul. 2013.